

Projeto reduz em 65% as florestas demarcadas por Dilma

Bancada amazonense leva projeto à Casa Civil, sem ouvir Ministério do Meio Ambiente; ecologista contesta

André Borges / BRASILIA

O governo prepara um projeto de lei que reduz em 65% as áreas das unidades de conservação que foram demarcadas por decretos da ex-presidente Dilma Rousseff. O texto-base da proposta já está pronto, com detalhes sobre cada floresta protegida que será reduzida, todas localizadas em uma das áreas mais sensíveis da Amazônia, na re-

gião sul do Estado do Amazonas, fronteira com Mato Grosso e Rondônia.

Pelo projeto de lei, as áreas protegidas que hoje somam 2,697 milhões de hectares seriam encolhidas para 1,772 milhão de hectares. Na tarde de ontem, parlamentares do Amazonas entregaram o texto do projeto de lei ao ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, que pretende encaminhar a iniciativa ao Congresso como uma proposta do governo.

A pressão para que as unidades sejam canceladas parte de parlamentares do Amazonas, que reclamam de paralisações de projetos e de investimentos do agronegócio e da indústria

na região. As unidades, que foram hoje um tipo de cinturão verde contra o avanço do desmatamento, da extração ilegal de madeira e da grilagem de terras, foram oficialmente criadas por Dilma no último dia de mandato, em 11 de maio de 2016.

Apesar de o projeto de lei es-

mostrar que “ainda não foi convidado para reuniões”.

Hoje, o ministro Sarney Filho participa de uma “caravana verde” justamente para visitar Estados da Amazônia Legal, com o objetivo de avaliar e definir ações de combate ao desmatamento. “Resaltamos que qualquer alteração de área em unidades de conservação depende de análise técnica do Instituto Chi-

co Mendes de Conservação da Biodiversidade”, declarou o MMA, por meio de nota.

O projeto de lei extingue a Área de Proteção Ambiental dos Campos de Manicoré, com área de 152 mil hectares. A Reserva Biológica do Manicoré, o Parque Nacional do Acari, a Floresta Nacional de Aripuanã e a Floresta Nacional de Uruapadi teriam área reduzida. “Essas demarcações coloraram todo o setor produtivo em pânico, principalmente aqueles que vivem na região sul do Estado do Amazonas, na região do Rio Madeira”, disse o deputado Atila Lins (PSD-AM), um dos principais articuladores do projeto no Congresso.

Ambientalistas. A proposta é criticada por organizações ambientais. Para Nurit Bensusa, coordenadora adjunta do Instituto Socioambiental (ISA), a medida fragmenta áreas de proteção vitais para a sobrevivência da Amazônia. “É como es-quebrar a floresta em fragmentos descontínuos. É o início do fim de uma floresta”, afirmou. “A redução de unidades de conservação, especialmente ao longo da BR-319 e da Transamazônica, vai aumentar a grilagem de terras e o desmatamento.”



NA WEB

Portal. Entenda o que são unidades de conservação

estadao.com.br/e/!unconservacao